



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS — CCBSA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NOEMÍ PETRONILA NASCIMENTO DOS SANTOS

**GÊNERO E PODER: A REPRESENTAÇÃO DE DILMA ROUSSEFF
NA MÍDIA BRASILEIRA**

**JOÃO PESSOA — PB
2024**

NOEMÍ PETRONILA NASCIMENTO DOS SANTOS

**GÊNERO E PODER: A REPRESENTAÇÃO DE DILMA ROUSSEFF
NA MÍDIA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação /Departamento
do Curso Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo.

**JOÃO PESSOA — PB
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237g Santos, Noemi Petronila Nascimento dos.
Gênero e poder [manuscrito] : a representação de Dilma Rousseff na mídia brasileira / Noemi Petronila Nascimento dos Santos. - 2024.
41 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.
"Orientação : Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "
1. Misoginia. 2. Mídia. 3. Dilma Rousseff. 4. Gênero. I.
Título

21. ed. CDD 305.409

NOEMI PETRONILA NASCIMENTO DOS SANTOS

GÊNERO E PODER: a representação de Dilma Rousseff na mídia brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 26/06/2024.

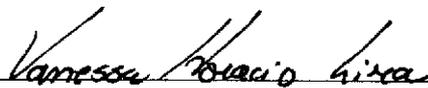
BANCA EXAMINADORA



Filipe Reis Melo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Raquel Bezerra Cavalcanti Leal de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Vanessa Horácio Lira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho à minha família, especialmente à minha mãe, Gilda Maria, que nunca poupou esforços para realizar meus sonhos. Em muitos momentos, abdicou dos seus próprios desejos para que eu pudesse alcançar os meus.

Minha mãe venceu o câncer, mostrando uma força extraordinária, e me ensina todos os dias a ser resiliente, amorosa e grata por tudo. Ela acreditou em mim nos momentos em que eu mesma duvidava, e sem ela, nada seria possível.

Agradeço a Deus por tê-la em minha vida. Minha, eu te admiro profundamente e te amo mais do que palavras podem expressar.

“Venho para abrir portas, para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser Presidentas e para que, no dia de hoje, todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher (Rousseff, 2011)”.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	MÍDIA E MACHISMO: DESAFIOS DAS MULHERES NA COBERTURA JORNALÍSTICA	10
2.1	Teoria do enquadramento	11
2.1.1	Enquadramento e gênero	12
3	DESAFIOS DAS MULHERES NA POLÍTICA	15
3.1	Impacto da violência de gênero	18
3.1.1	Estereótipo de gênero na cobertura midiática	19
3.1.2	Impacto eleitoral da cobertura midiática	20
4	ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICO DA COBERTURA MIDIÁTICA SOBRE DILMA ROUSSEFF	21
4.1	Eleições presidenciais de 2010	25
4.1.1	Golpe de 2016	27
4.1.2	<i>Presidência do Banco do BRICS</i>	29
2.1.2.1	<i>Análise comparativa das matérias publicadas</i>	29
4.2	O papel dos estereótipos.....	31
5	CONCLUSÃO	33
	REFERÊNCIAS	35

GÊNERO E PODER: A REPRESENTAÇÃO DE DILMA ROUSSEFF NA MÍDIA BRASILEIRA

Noemí Petronila Nascimento dos Santos^{1*}

RESUMO

Este trabalho examina a cobertura midiática dos veículos G1 e Folha de S. Paulo no que se refere à representação de gênero na política brasileira, utilizando como base o caso de Dilma Rousseff durante três eventos-chave: a eleição de 2010, o golpe de 2016 e sua recente nomeação como presidente do Banco de Desenvolvimento do BRICS (NBD). Através da análise do discurso, o estudo investiga como a mídia representou a imagem política de Dilma Rousseff, como a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil. É um caso emblemático para entender essas dinâmicas e a necessidade de uma abordagem crítica na análise das narrativas midiáticas. A pesquisa revela que a mídia constrói narrativas que frequentemente refletem e perpetuam estereótipos de gênero, ao mesmo tempo que explora as dinâmicas de poder e a política na representação de líderes femininas.

Palavras-Chave: misoginia; mídia; Dilma Rousseff; gênero.

ABSTRACT

This study examines the media coverage by G1 and Folha de S. Paulo regarding gender representation in Brazilian politics, using Dilma Rousseff's case as a focal point during three key events: the 2010 election, the 2016 impeachment, and her recent appointment as president of the BRICS Development Bank (NDB). Through discourse analysis, the study investigates how the media represented Dilma Rousseff's political image as the first woman to hold the presidency of Brazil. This case is emblematic for understanding these dynamics and the necessity of a critical approach in media narrative analysis. The research reveals that the media constructs narratives that often reflect and perpetuate gender stereotypes, while also exploring the power dynamics and politics in the representation of female leaders.

Keywords: misogyny; media; Dilma Rousseff; gender.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória das mulheres na política e na mídia está marcada por uma série de desafios que refletem barreiras culturais, sociais e estruturais persistentes em muitas sociedades. As mulheres enfrentam sub-representação significativa, estereótipos de gênero prejudiciais,

^{1*} Estudante de Graduação em Relações Internacionais; Universidade Estadual da Paraíba; João Pessoa, PB; noemi.santos@aluno.uepb.edu.br.

violência e assédio, além de obstáculos estruturais que dificultam sua plena participação e reconhecimento nesses campos. No contexto político, a sub-representação feminina é um problema persistente e significativo. No Brasil, por exemplo, a representação feminina na Câmara dos Deputados é inferior a 15%, evidenciando uma disparidade significativa em relação aos homens (Biroli, 2018). Na mídia, as mulheres são frequentemente retratadas de maneira estereotipada, o que prejudica a percepção pública de sua competência e legitimidade. Essas representações limitadas não apenas refletem, mas também perpetuam as desigualdades de gênero, restringindo as oportunidades das mulheres de influenciar e moldar o discurso público e político (Morais, 2008).

A trajetória de Dilma Rousseff ilustra de forma emblemática os desafios enfrentados pelas mulheres na política brasileira. Dilma fez história ao se tornar a primeira mulher presidente do Brasil em 2010, um marco significativo na luta pela igualdade de gênero na política brasileira. No entanto, sua presidência foi marcada por uma série de desafios que evidenciam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em posições de poder. O golpe sofrido por Dilma Rousseff em 2016 destacou questões de misoginia e violência política de gênero. A ex-presidenta sofreu ataques constantes que, na época, ainda não eram tipificados como crime, destacando a necessidade urgente de legislação específica. A Lei nº 14.192/2021, que criminaliza a violência política de gênero, foi um avanço significativo nesse sentido (Brasil, 2021).

A representação midiática de Dilma Rousseff foi marcada por uma intensa campanha de misoginia, que contribuiu para a rejeição pública à sua liderança. A mídia brasileira propagou ideias machistas e misóginas contra Rousseff, reforçando estereótipos negativos (Tiburi, 2018). Essa dinâmica é ilustrada pelo contraste entre a representação de Rousseff e o idealizado perfil feminino de "bela, recatada e do lar" (Gomes, 2018). O impeachment de Dilma Rousseff pode ser interpretado como um golpe parlamentar marcado por misoginia e machismo. Essa análise sugere que os obstáculos enfrentados por Rousseff não foram apenas políticos, mas também profundamente enraizados em uma cultura patriarcal que resiste à liderança feminina (Gomes, 2018). A violência política de gênero contra Rousseff não foi um caso isolado, mas sim parte de um padrão mais amplo de sub-representação e marginalização das mulheres na política brasileira (Teixeira; Santos, 2022).

A presente pesquisa tem como objetivo examinar a representação midiática de Dilma Rousseff, sobretudo em três eventos cruciais de sua carreira política: sua primeira vitória eleitoral, o golpe e sua nomeação como presidente do Banco do BRICS. A pergunta que

norteia este trabalho é: "Como os veículos midiáticos G1 e Folha de S. Paulo retrataram os eventos da primeira vitória eleitoral, o golpe e a nomeação para a presidência do Banco do BRICS de Dilma Rousseff, e quais são os desafios enfrentados pelas mulheres na política e na mídia refletidos nessas narrativas?" Dilma Rousseff, como a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, é uma figura de grande relevância para entender as dinâmicas de gênero na esfera política nacional. Através da análise de discurso dos veículos de comunicação G1 e Folha de S. Paulo, busca-se compreender como a mídia construiu narrativas em torno de Dilma Rousseff durante esses eventos, explorando as implicações de gênero, poder e política nas representações apresentadas. Por meio dessa análise, pretende-se contribuir para uma reflexão mais profunda sobre o impacto de gênero na política brasileira, destacando a necessidade de uma abordagem crítica das narrativas midiáticas e dos discursos de gênero na construção da imagem de líderes femininas no cenário político nacional.

Para alcançar esses objetivos, este trabalho utilizará a Análise de Discurso Crítica (ADC) baseada na teoria de Norman Fairclough (1989). A metodologia adotada será a estrutura tridimensional de Fairclough (1989), que une três tradições analíticas essenciais: a análise textual, a prática discursiva e a prática social. A análise textual considera o texto como um produto do processo de produção textual, focando suas formas linguísticas escritas e faladas (Fairclough, 1989). A prática discursiva envolve a compreensão dos processos de produção, distribuição e consumo dos textos, abrangendo aspectos como contexto, força, coerência e intertextualidade (Fairclough, 2001). A prática social destaca a necessidade de analisar o contexto social mais amplo que envolve a produção do discurso, considerando como as circunstâncias institucionais e organizacionais moldam a prática discursiva (Fairclough, 2001). A coleta de dados abrangerá matérias publicadas pelo G1 e pela Folha de S. Paulo sobre três eventos cruciais na carreira de Dilma Rousseff: sua eleição em 2010, no período de agosto a novembro de 2010; o golpe em 2016, de dezembro de 2015 a agosto de 2016; e sua nomeação à presidência do Banco do BRICS, no período de 13 a 23 de maio de 2023.

Este trabalho está dividido em três capítulos. Após a introdução, o capítulo 1 abordará as teorias da comunicação e da mídia, fornecendo o embasamento teórico necessário para a análise. O capítulo 2 discutirá o machismo na cobertura midiática, explorando como a mídia perpetua estereótipos de gênero e discutirá os desafios e barreiras para as mulheres na política, destacando as implicações das representações midiáticas analisadas. O Capítulo 3 apresentará a análise da cobertura midiática sobre Dilma Rousseff, examinando como os veículos G1 e

Folha de S. Paulo retrataram os três eventos cruciais de sua carreira. Por fim, as conclusões, sintetizando os principais achados da pesquisa e sugerindo possíveis caminhos para futuras investigações sobre o tema.

A trajetória política de Dilma Rousseff, desde sua militância contra a ditadura militar até sua ascensão e queda na presidência, oferece uma oportunidade única para examinar o papel da mídia na construção da imagem de lideranças femininas em posições de poder. A eleição de Dilma Rousseff em 2010, marcada por expectativas de mudança nos papéis de gênero e aumento da representatividade feminina na política, contrasta com os desafios e crises enfrentados durante seu mandato, culminando no golpe em meio a uma intensa cobertura midiática. Além disso, a mídia tende a homogeneizar a cobertura sobre mulheres políticas, enfatizando aspectos privados e desqualificando suas atuações públicas.

A presente pesquisa visa examinar a representação midiática da ex-presidente Dilma Rousseff, sobretudo em três eventos cruciais de sua carreira política: sua primeira vitória eleitoral, o golpe e sua nomeação como presidente do Banco do BRICS. Dilma Rousseff, como a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, é uma figura de grande relevância para entender as dinâmicas de gênero na esfera política nacional. Através da análise de discurso dos veículos de comunicação G1 e Folha de São Paulo, busca-se compreender como a mídia construiu narrativas em torno da imagem da Dilma Rousseff durante esses eventos, explorando as implicações de gênero, poder e política nas representações apresentadas.

Por meio dessa análise, pretende-se contribuir para uma reflexão mais profunda sobre o impacto de gênero na política brasileira, destacando a necessidade de uma abordagem crítica das narrativas midiáticas e dos discursos de gênero na construção da imagem de líderes femininas no cenário político nacional.

Dilma Rousseff foi selecionada como objeto de estudo neste trabalho devido à sua posição emblemática como a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil. Sua trajetória política, marcada por momentos de destaque e de controvérsias, oferece um terreno fértil para análise, especialmente considerando sua representatividade como líder feminina em um ambiente político predominantemente masculino. A eleição de Dilma Rousseff e os eventos subsequentes de seu governo despertaram considerável interesse da mídia e do público, tornando-a uma figura de destaque para investigar as dinâmicas de gênero na esfera política.

A carreira política de Dilma Rousseff é marcada por uma longa trajetória de engajamento político e luta contra a ditadura militar no Brasil. Sua militância começou na juventude, quando se envolveu em movimentos de esquerda e participou ativamente da

resistência contra o regime autoritário. Sua coragem e determinação foram testadas quando foi presa e torturada durante o período de repressão política. Após a redemocratização do país, Dilma Rousseff ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT) e ocupou diversos cargos no governo, incluindo a chefia de importantes ministérios, como Minas e Energia e a Casa Civil. Sua competência técnica e dedicação às políticas sociais a tornaram uma figura proeminente no cenário político brasileiro, culminando em sua candidatura à presidência em 2010.

Sua eleição como presidente do Brasil representou não apenas um marco histórico, mas também um momento de esperança e de expectativas de mudança para milhões de brasileiros. No entanto, sua gestão enfrentou desafios significativos, incluindo crises econômicas, escândalos de corrupção e protestos populares. O golpe em 2016, marcado por intensa polarização política e cobertura midiática, resultou em sua destituição do cargo, encerrando seu mandato de forma controversa.

2 MÍDIA E MACHISMO: DESAFIOS DAS MULHERES NA COBERTURA JORNALÍSTICA

Os estudos sobre enquadramento na comunicação fornecem uma compreensão aprofundada de como as notícias são apresentadas ao público e como essa apresentação molda a percepção do mundo. Gaye Tuchman (1978) descreve as notícias como uma "janela para o mundo", cuja função é nos informar sobre o que queremos, precisamos e devemos saber (Tuchman, 1978, p. 1). A metáfora de Tuchman sublinha como as notícias funcionam como uma moldura que mostra e, conseqüentemente, constrói a realidade de maneira parcial.

Segundo Tuchman (1978), as notícias criam um "corte" artificial na realidade ao selecionar pequenos fragmentos de eventos cotidianos e elevá-los ao status de conhecimento público. A moldura das notícias, conforme Bateson (1972), nos orienta a focar o que está dentro dela, sugerindo o que é importante saber sobre o nosso mundo. No entanto, Tuchman (1978) alerta que esse enquadramento pode ser problemático, pois a visão proporcionada depende de fatores como o tamanho da "janela", o número de "vidraças", a transparência do vidro e a orientação da janela (Tuchman, 1978, p. 1).

A obra de Tuchmann (1978) não busca apenas explicar como a realidade é enquadrada pelas notícias, mas também explorar as influências estruturais que moldam esse processo, incluindo as organizações de mídia, as rotinas de produção e a ideologia dos jornalistas. Ela demonstra que a rede estabelecida para garantir a produção de notícias desempenha um papel

crucial na construção social da realidade: "A rede de notícias impõe ordem no mundo social, permitindo que certos eventos noticiosos ocorram em determinados locais, mas não em outros" (Tuchmann, 1978, p. 23).

2.1 Teoria do enquadramento

O conceito de enquadramento, ou *framing*, tornou-se um dos paradigmas mais expressivos na pesquisa em jornalismo, focando o discurso jornalístico e os mecanismos de produção de sentido nas sociedades contemporâneas. Originado dos estudos de Gaye Tuchmann (1978) e Todd Gitlin (1980), este conceito analítico examina como as notícias moldam a percepção da realidade. Gregory Bateson (1972) introduziu a noção de "frame" nas ciências sociais e humanas, aplicando-a à comunicação metalinguística e metacomunicativa. Bateson (1972) argumenta que enquadrar significa delimitar um conjunto de mensagens ou ações que adquirem sentido na situação compartilhada pelos interlocutores (Bateson, 1972, p. 177).

Esse conceito nos permite distinguir, por exemplo, entre simulação e realidade, ou entre jogo e referente real. O enquadramento organiza a estrutura de sentidos das mensagens e ações, funcionando como um conceito central para a abstração na comunicação. Bateson (1972) sugere que a moldura de uma imagem diz ao observador para focar o que está dentro e ignorar o que está fora, ilustrando como os enquadramentos incluem e excluem informações.

Os enquadramentos psicológicos, fundamentais nos estudos de jornalismo de Tuchmann (1978) e Entman (1989), são simultaneamente inclusivos e exclusivistas. Eles moldam nossa interpretação das situações e nossa interação com os outros, organizando a experiência da realidade. Denis McQuail (2003) observa que todos os estudos de comunicação de massa partem do pressuposto de que os meios de comunicação exercem efeitos significativos, embora haja debate sobre a natureza e a extensão desses efeitos. McQuail (2003) identifica quatro fases na pesquisa sobre os efeitos da mídia, começando com a crença na influência ilimitada dos meios de comunicação no início do século XX até o final dos anos 1930 (McQuail, 2003, p. 422).

A socióloga Gaye Tuchmann (1978) foi pioneira na aplicação do conceito de enquadramento na comunicação social. Ela descreve as notícias como uma "ação negociada", estruturada pelas escolhas sobre o que reportar, como, quando e com quais fontes. Tuchmann (1978) argumenta que as notícias são um recurso social cuja construção restringe a compreensão analítica da vida contemporânea (Tuchmann, 1978, p. 215). Esse

enquadramento define os limites do que é considerado importante e, conseqüentemente, influencia a forma como o público compreende a realidade.

Todd Gitlin (1980) amplia esta definição, descrevendo os enquadramentos como recursos que organizam o discurso através de práticas específicas de seleção, ênfase e exclusão, construindo assim uma interpretação particular dos fatos (Gitlin apud Porto, 2002, p. 6). Robert Entman (1989), outro autor importante, realizou uma revisão sistemática dos estudos sobre enquadramentos da mídia. Ele destaca que o processo de enquadramento envolve a seleção e a saliência, com o objetivo de promover uma definição específica do problema, interpretação moral e tratamento proposto (Porto, 2002, p. 7). Entman reforça que o enquadramento permite observar o poder do texto comunicativo e os aspectos da realidade destacados para gerar interpretação, avaliação moral e tratamento recomendado (Entman, 1989, p. 1-8).

Diferentes padrões de enquadramento são identificados na construção das notícias pelos jornalistas. Por exemplo, durante períodos eleitorais, o enquadramento de "corrida de cavalos" é frequentemente utilizado, focando as pesquisas, as estratégias e as chances dos candidatos. A experiência de Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidente do Brasil e a primeira mulher presidente a sofrer um golpe, oferece uma oportunidade única para análise, pois traz muitos elementos novos para o estudo dos enquadramentos de gênero na mídia.

2.1.1 Enquadramento e gênero

O conceito de enquadramento e sua aplicação no contexto de gênero são fundamentais para compreender como a mídia molda as percepções sociais e políticas. Enquadramentos de gênero podem influenciar profundamente a forma como figuras políticas femininas são retratadas e percebidas, muitas vezes exacerbando estereótipos e preconceitos. A análise crítica desses enquadramentos é essencial para promover uma representação mais justa e equitativa de mulheres na esfera pública e política.

A análise das representações de mulheres políticas na mídia revela a persistência de barreiras significativas e profundamente enraizadas nas estruturas sociais e culturais. Esses desafios, frequentemente encapsulados no conceito de gênero, são enfatizados pela historiadora Joan Scott (1995), que argumenta que o gênero se estabelece na teoria feminista para rejeitar o argumento biológico da diferença sexual entre homens e mulheres. Em vez disso, destaca o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, sendo o

gênero uma construção social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres (Scott, 1995, p. 3, p. 7).

No contexto da mídia, as mulheres políticas enfrentam uma série de obstáculos que limitam sua representação justa e equilibrada. Kathleen Hall Jamieson (1995) explora o fenômeno do *double bind*, destacando cinco tipos principais de dilemas: útero ou cérebro, silêncio ou vergonha, a mesma coisa ou diferença, feminilidade ou competência, e idade ou invisibilidade. Esses *binds* refletem a maneira como as mulheres são simbolicamente confinadas a papéis que desvalorizam suas capacidades racionais e profissionais em favor de características emocionalmente associadas à maternidade e à feminilidade (Jamieson, 1995).

O primeiro tipo de *double bind*, útero ou cérebro, refere-se à associação da mulher com o emocional, contrastando com a racionalidade valorizada no campo político. Este *bind* cria uma cobrança dual entre o sucesso profissional e o cumprimento dos papéis sociais tradicionais de esposa e mãe. Essa dicotomia é frequentemente explorada pela mídia, que tende a enfatizar a vida pessoal das mulheres em detrimento de suas habilidades e competências profissionais.

O silêncio ou vergonha é outro *bind* identificado por Jamieson (1995), pois o comportamento silencioso é culturalmente imposto às mulheres como uma virtude. Este *bind* é reforçado pela mídia, que muitas vezes desqualifica o discurso público feminino com adjetivos depreciativos como "mandona", "irritante" ou "irracional" (Jamieson, 1995, p. 82). Jamieson (1995) destaca ainda que o sucesso de uma mulher é frequentemente representado na mídia como resultado da negligência dos concorrentes masculinos, e não como mérito próprio. Além disso, há uma tendência de retratar mulheres bem-sucedidas como criações de homens poderosos, diminuindo assim seus créditos e associando seus feitos ao poder masculino ao redor. Campus (2013) e outros autores observam que textos midiáticos frequentemente as identificam como marionetes de políticos mais poderosos, perpetuando a noção de que as mulheres não têm capacidade ou legitimidade próprias na política.

Esta percepção de marionetes é amplamente ilustrada no caso brasileiro, já que Dilma Rousseff foi frequentemente referida como "criatura" do presidente Lula (Dantas, 2019). Essa representação midiática não apenas desvaloriza as conquistas das mulheres, mas também reforça a ideia de que seu sucesso depende da autorização ou apoio masculino. A estratégia de representar as mulheres bem-sucedidas na esfera pública como excepcionalidades reforça a noção de que elas são exceções à regra, "mulheres fora do lugar", não pertencentes à esfera política (Falk, 2010, p. 37).

Adicionalmente, a atenção da mídia aos aspectos visuais das mulheres políticas, como exemplificado na campanha eleitoral de Dilma Rousseff em 2010, quando cada alteração em seu visual foi meticulosamente reportada, perpetua o estereótipo de que a aparência é um critério de avaliação importante para mulheres em posições de poder (Dantas, 2019). As mulheres políticas são, assim, continuamente submetidas a um escrutínio que vai além de suas políticas e capacidades. Elas são julgadas por sua aparência, comportamento e conformidade com as expectativas de gênero, criando um ambiente hostil e desmotivador. Este cenário não só desincentiva a participação política das mulheres, mas também perpetua a desigualdade de gênero nas representações midiáticas.

Além das representações desiguais, a cobertura de gênero na mídia também se manifesta através de uma dinâmica de invisibilidade e superexposição seletiva. Mulheres que se destacam politicamente são frequentemente retratadas como exceções, reforçando a ideia de que o campo político não é o lugar "natural" das mulheres. Quando são visíveis, sua cobertura midiática é muitas vezes negativa ou sensacionalista, destacando aspectos não relacionados ao seu trabalho político.

Essa abordagem midiática cria um ciclo vicioso de exclusão e marginalização. Ao retratar as mulheres como figuras secundárias ou dependentes, a mídia contribui para a manutenção das estruturas patriarcais que dominam a política e outros espaços de poder. A crítica feminista, como apontado por LaRetis (1987), enfatiza que não há realidade social fora do sistema particular de sexo-gênero de uma sociedade. Assim, as categorias de masculino e feminino são mutuamente exclusivas e exaustivas, limitando as possibilidades de uma representação equitativa e justa.

Para enfrentar esses desafios, é necessário um esforço consciente para desconstruir as narrativas midiáticas que perpetuam estereótipos de gênero. Isso inclui a promoção de uma cobertura midiática mais equilibrada e justa, que valorize as competências e realizações das mulheres políticas sem recorrer a estereótipos depreciativos. A criação de espaços seguros e inclusivos para o discurso feminino na esfera pública também é crucial para fomentar uma cultura de igualdade e respeito.

Em suma, a representação midiática das mulheres na política é marcada por desafios significativos que refletem e reforçam as desigualdades de gênero. A mídia desempenha um papel central na construção das percepções públicas sobre a competência e legitimidade das mulheres em posições de poder. Abordar esses desafios requer uma mudança nas práticas

mediáticas e um compromisso contínuo com a promoção da igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade.

No caso de Dilma Rousseff, sua trajetória política e a cobertura midiática que a acompanhou oferecem um exemplo concreto de como os enquadramentos podem influenciar a percepção pública. Como a primeira mulher a ser eleita presidente do Brasil e a primeira a sofrer um processo de impeachment, Rousseff enfrentou desafios únicos que foram amplamente moldados pelos enquadramentos midiáticos (Dantas, 2019). A experiência de Rousseff ilustra a necessidade de uma análise crítica e consciente dos mecanismos de enquadramento na mídia, especialmente no que diz respeito à representação de mulheres em posições de poder.

Em conclusão, o estudo dos enquadramentos midiáticos e sua relação com o machismo oferece uma compreensão profunda das barreiras enfrentadas pelas mulheres na política. A análise dos mecanismos de seleção, ênfase e exclusão na construção das notícias revela como os media não apenas refletem, mas também reforçam as desigualdades de gênero. Para promover uma representação mais equitativa e justa, é essencial desafiar e reformar esses enquadramentos, reconhecendo a competência e as conquistas das mulheres políticas de maneira justa.

3 DESAFIOS DAS MULHERES NA POLÍTICA

A análise da carreira política de Dilma Rousseff proporciona perspectivas valiosas sobre as complexidades da política brasileira, destacando os desafios enfrentados por mulheres em posições de poder e a influência da mídia na construção de narrativas políticas. Mulheres na política enfrentam uma série de barreiras que vão desde preconceitos culturais até a cobertura midiática que frequentemente subestima ou distorce suas contribuições. Estudos indicam que a presença de mulheres em cargos políticos é frequentemente acompanhada de uma expectativa de que elas enfrentem e superem desafios adicionais simplesmente por causa de seu gênero (Araújo, 2018).

A eleição de Dilma Rousseff gerou uma expectativa de mudança nos papéis de gênero e aumento da representatividade feminina na política. No entanto, essas esperanças foram testadas por uma série de crises políticas e econômicas que culminaram com seu impeachment, um processo que muitos interpretam como tendo motivações de gênero (Amaral, 2016; Miguel, 2016). A mídia teve um papel significativo nessa narrativa, muitas

vezes homogeneizando a cobertura de Dilma e outras mulheres políticas, e focando, desproporcionalmente, aspectos de suas vidas pessoais em detrimento de suas capacidades e realizações políticas (Lima, 2022).

A trajetória das mulheres na política e na mídia está marcada por uma série de desafios que refletem as barreiras culturais, sociais e estruturais persistentes em muitas sociedades. As mulheres enfrentam uma sub-representação significativa, estereótipos de gênero prejudiciais, violência e assédio, além de obstáculos estruturais que dificultam sua plena participação e reconhecimento nesses campos. Este capítulo explora esses desafios, com um foco especial na trajetória de Dilma Rousseff, que ilustra de forma emblemática as dificuldades enfrentadas por mulheres em posições de poder no Brasil.

A história do sufrágio feminino e a evolução da participação política das mulheres no Brasil destacam a longa trajetória de luta por direitos e reconhecimento. Desde o século XIX até o presente, as mulheres têm buscado ampliar sua representação política, enfrentando uma série de desafios legais e sociais (Coutinho, 2010). No entanto, apesar dos avanços legislativos, como a emenda constitucional que promove a igualdade de gênero, a representação feminina permanece aquém do desejado (Brasil, 1988; Código Eleitoral, 1932). Comparativamente, no México, a implementação da lei de paridade levou a uma transformação significativa: a representação feminina na Câmara e no Senado aumentou de menos de 20% para a paridade no Congresso. A reforma político-eleitoral mexicana, que exige que os partidos apresentem 50% de candidatas e 50% de candidatos, ajudou a eliminar a exclusão estrutural das mulheres na sociedade.

Os estudos de Teixeira e Santos (2020), assim como os de Avelar (2001), e Grossi e Miguel (2001) destacam que as mulheres na política são frequentemente vistas como menos legítimas e competentes, enfrentando um constante escrutínio e a necessidade de provar sua capacidade. Este fenômeno é agravado pelo sexismo estrutural e pela misoginia que permeiam tanto a cobertura midiática, quanto às práticas institucionais. Esses desafios são multifacetados e profundamente enraizados em estruturas sociais e culturais.

A análise dos desafios enfrentados pelas mulheres na política e na mídia revela um quadro de barreiras estruturais e culturais que limitam sua plena participação e representação. No contexto político, a sub-representação feminina é um problema persistente e significativo. Na mídia, as mulheres são frequentemente retratadas de maneira estereotipada, o que prejudica a percepção pública de sua competência e legitimidade. Essas representações limitadas não apenas refletem, mas também perpetuam as desigualdades de gênero,

restringindo as oportunidades das mulheres de influenciar e moldar o discurso público e político (Morais, 2008).

Os desafios de imagem e representação na mídia são igualmente preocupantes. As mulheres na política frequentemente são retratadas de maneira diferenciada em comparação aos homens. Moraes (2008) destaca que enquanto os homens são representados por suas competências profissionais, as mulheres muitas vezes são destacadas por suas vidas privadas e características femininas, perpetuando estereótipos que diminuem a percepção de sua competência profissional.

Portanto, a mídia desempenha um papel crucial na construção da imagem pública das mulheres na política, muitas vezes propagando ideias machistas e misóginas que reforçam estereótipos negativos. Tiburi (2018) aponta que a mídia brasileira frequentemente retrata mulheres de maneira estereotipada, contrastando com o ideal tradicional de feminilidade. Essa dinâmica contribui para a rejeição pública e a desvalorização das mulheres em posições de poder, limitando suas oportunidades de liderança. A análise de Moraes (2008) sobre a representação das mulheres na política brasileira nas revistas nacionais entre 2002 e 2007 também evidencia que as mulheres são frequentemente retratadas através de suas vidas privadas e características femininas, perpetuando uma visão limitada de suas capacidades profissionais.

Além das questões de representação e visibilidade, as mulheres na política enfrentam barreiras institucionais e culturais profundas. Gomes (2018) argumenta que essas barreiras são enraizadas em uma cultura patriarcal que resiste à liderança feminina, dificultando a trajetória política das mulheres. Esses obstáculos incluem a misoginia, o machismo e a violência política de gênero, que se manifestam tanto nas práticas institucionais quanto na cultura política dominante.

A trajetória de Dilma Rousseff ilustra de forma emblemática os desafios enfrentados pelas mulheres na política brasileira. Dilma fez história ao se tornar a primeira mulher presidente do Brasil em 2010, um marco significativo na luta pela igualdade de gênero na política brasileira. No entanto, sua presidência foi marcada por uma série de desafios que evidenciam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em posições de poder. O golpe sofrido por Dilma Rousseff em 2016 destacou questões de misoginia e violência política de gênero.

Durante o mandato de Dilma Rousseff, essa sub-representação foi evidente e exacerbada pelas práticas de violência política de gênero. A ex-presidenta sofreu ataques constantes que, na época, ainda não eram tipificados como crime, destacando a necessidade

urgente de legislação específica. A Lei nº 14.192/2021, que criminaliza a violência política de gênero, foi um avanço significativo nesse sentido (Brasil, 2021).

Antes da promulgação da lei referida, inexistia um marco legal específico que abordasse a violência política contra mulheres, resultando em uma lacuna na proteção e na garantia dos direitos políticos femininos. Com a introdução da nova legislação, estabeleceram-se normas precisas para a prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher. A lei promoveu alterações no Código Eleitoral, na Lei dos Partidos Políticos e na Lei das Eleições, com o propósito de criminalizar a divulgação de fatos ou vídeos falsos durante o período de campanha eleitoral, além de assegurar a participação proporcional de mulheres em debates eleitorais. Ademais, a legislação define a violência política contra a mulher como qualquer ação, conduta ou omissão que vise impedir, dificultar ou restringir seus direitos políticos, proporcionando, assim, uma maior proteção e igualdade de tratamento para as mulheres nos espaços de representação política e no exercício de funções públicas.

A representação midiática de Dilma Rousseff foi marcada por uma intensa campanha de misoginia, que contribuiu para a rejeição pública à sua liderança. Conforme apontado por Tiburi (2018), a mídia brasileira propagou ideias machistas e misóginas contra Rousseff, reforçando estereótipos negativos. Essa dinâmica é ilustrada pelo contraste entre a representação de Rousseff e o idealizado perfil feminino de "bela, recatada e do lar" (Gomes, 2018).

Gomes (2018) argumenta que o impeachment de Dilma Rousseff pode ser interpretado como um golpe parlamentar marcado por misoginia e machismo. Essa análise sugere que os obstáculos enfrentados por Rousseff não foram apenas políticos, mas também profundamente enraizados em uma cultura patriarcal que resiste à liderança feminina. O estudo de Teixeira e Santos (2020) ressalta que a violência política de gênero contra Rousseff não foi um caso isolado, mas sim parte de um padrão mais amplo de sub-representação e marginalização das mulheres na política brasileira. A criminalização da violência política de gênero em 2021 é um passo importante, mas insuficiente para resolver todas as barreiras enfrentadas pelas mulheres (Terra; Resende, 2022).

3.1. Impacto da violência política de gênero

A violência política de gênero constitui um dos desafios mais significativos enfrentados por mulheres na política brasileira. Dilma Rousseff, durante seu mandato como presidenta (2011-2016), foi alvo de ataques constantes que variavam desde críticas políticas

severas até formas explícitas de misoginia e sexismo. Esses ataques tinham o propósito não apenas de deslegitimar sua liderança, mas também de intimidá-la e silenciá-la por meio de ameaças e difamações, caracterizando uma violência política de gênero que buscava minar sua autoridade e capacidade de governar (Terra; Resende, 2022).

Rubim e Argolo (2018) destacam que o golpe contra Dilma Rousseff em 2016 pode ser analisado sob a perspectiva de gênero, evidenciando como as motivações misóginas desempenharam um papel significativo no processo de impeachment. Esse evento histórico não apenas exemplifica a violência política de gênero, mas também demonstra como a misoginia pode influenciar decisões políticas de grande escala, exacerbando as barreiras enfrentadas pelas mulheres na política.

Além das barreiras institucionais, as mulheres enfrentam dificuldades adicionais para equilibrar a vida política com responsabilidades familiares. A pressão para corresponder a padrões duplos de comportamento e aparência, mais rigorosos do que aqueles impostos aos homens políticos, cria um ambiente desafiador que pode desencorajar as mulheres de buscar cargos de liderança (Grossi; Miguel, 2001). Esses obstáculos estruturais não apenas limitam as oportunidades das mulheres de ascender na política, mas também contribuem para a perpetuação de desigualdades de gênero no campo político brasileiro.

Finamore e Carvalho (2006) analisam como as relações de gênero e a estrutura da mídia também desempenham um papel crítico na manutenção desses obstáculos. Eles argumentam que a cobertura midiática tendenciosa e estereotipada das mulheres candidatas perpetua uma imagem negativa e deslegitimadora, influenciando a percepção pública e, conseqüentemente, o sucesso eleitoral das mulheres.

3.1.1 Estereótipos de gênero na cobertura midiática

A cobertura midiática das candidatas femininas, muitas vezes, perpetua estereótipos de gênero que podem influenciar negativamente a percepção pública e a campanha eleitoral. Finamore e Carvalho (2006) destacam que "a mídia desempenha um papel crucial na formação da imagem das candidatas femininas. Não é raro que a cobertura seja mais crítica em relação às mulheres, focando mais a sua vida pessoal e sua aparência do que as suas capacidades políticas". Este tipo de abordagem pode reforçar a visão de que mulheres não são adequadas para liderança política, baseando-se em estereótipos de que devem ser cuidadoras e não líderes.

Segundo Sapiro (1982), a mídia frequentemente retrata as candidatas femininas de maneira mais detalhada e pessoal do que os candidatos masculinos, enfatizando atributos como estilo de vestir e comportamento, ao invés de suas plataformas políticas. Isso cria um padrão desigual na cobertura midiática, pois as candidatas são avaliadas com base em critérios diferentes dos candidatos masculinos, perpetuando estereótipos de gênero.

3.1.2 Impacto eleitoral da cobertura midiática

O modo como as candidatas são retratadas pela mídia pode ter um impacto significativo em suas chances eleitorais. De acordo com Kahn (1996), a cobertura midiática pode definir a agenda política e influenciar a percepção dos eleitores sobre as candidatas femininas, muitas vezes subestimando suas capacidades e priorizando aspectos não relacionados à política. Isso pode resultar em uma percepção distorcida das qualificações das candidatas, afetando negativamente sua competitividade eleitoral.

Além disso, Helman, Carroll e Olson (2000) argumentam que as candidatas mulheres são frequentemente retratadas como menos capazes ou menos competentes do que seus oponentes masculinos, mesmo quando suas qualificações são equivalentes. Essa representação tendenciosa pode prejudicar a legitimidade das candidatas femininas e minar suas chances de sucesso nas eleições.

Marcia Tiburi (2018) discute a complexidade da participação política das mulheres no Brasil, evidenciando como a máquina do poder patriarcal atua de maneira sistêmica para impedir que mulheres alcancem e se mantenham no poder. Ela argumenta que o caso de Dilma Rousseff ilustra claramente essa dinâmica, pois as instituições estatais, a mídia e outros setores da sociedade operam de forma a deslegitimar e enfraquecer lideranças femininas. Segundo Tiburi, "o que aconteceu com Dilma Rousseff nos ensina a compreender o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina do poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor" (Tiburi, 2018).

Dilma Rousseff emergiu como uma figura central na política brasileira, enfrentando tanto críticas políticas quanto ataques pessoais baseados em estereótipos de gênero. Tiburi (2018) argumenta que, independentemente das avaliações sobre seu governo, Dilma Rousseff se tornou um símbolo das dificuldades enfrentadas por mulheres que ocupam cargos de liderança. "Dilma Rousseff foi sempre objeto da vileza política, seja ao nível institucional, seja ao nível aberto do político no qual todos exercem seus ideais e repetem os clichês da tendência dominante" (Tiburi, 2018).

A análise de Tiburi ressalta a importância de reconhecer e combater a misoginia como um obstáculo significativo para a democracia plena. Ela sugere que o enfrentamento da misoginia é crucial não apenas para a igualdade de gênero na política, mas também para a manutenção dos princípios democráticos. "Não haverá democracia se houver misoginia, pois a misoginia carrega o princípio da negação do outro que nos coloca agora no atual esvaziamento do estado de direito e do fim da democracia" (Tiburi, 2018).

Um exemplo notável dessa dinâmica ocorreu durante a campanha presidencial de Dilma Rousseff em 2010. A mídia utilizou diversas estratégias para minar a credibilidade de Rousseff, frequentemente questionando sua sexualidade e retratando-a como "poste de Lula", uma figura sem autonomia ou capacidade própria (Argolo, 2014). Essas representações não apenas prejudicaram a imagem de Rousseff, mas também reforçaram a ideia de que mulheres na política são dependentes de figuras masculinas.

4 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICO DA COBERTURA MIDIÁTICA SOBRE DILMA ROUSSEFF

Norman Fairclough (2003) define o discurso como uma prática social que contribui para a construção de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Em seu modelo tridimensional de análise de discurso, ele sugere que devemos considerar o texto (a linguagem em uso), a prática discursiva (a produção, distribuição e consumo do texto) e a prática social (o contexto sócio-histórico em que o discurso ocorre).

4.1. Eleições presidenciais de 2010

O contexto político brasileiro, especialmente durante as eleições de 2010 e o processo do golpe contra Dilma Rousseff em 2016, evidencia uma dinâmica complexa entre mídia, gênero e poder político. A mídia desempenhou um papel crucial na construção e na perpetuação de estereótipos de gênero durante o processo eleitoral e o subsequente impeachment de Dilma Rousseff. Durante as eleições de 2010, a mídia frequentemente retratava Dilma através de estereótipos que enfatizavam sua suposta incompetência e fragilidade emocional.

Em diversos momentos, a mídia colocou Dilma Rousseff em posições que enfatizavam a sua suposta falta de preparação técnica e política. Na matéria intitulada "Marina critica, Dilma lamenta e Serra defende política de segurança em SP" (Marina, 2010), as falas

de Dilma foram descritas como lamentações, enquanto seu concorrente masculino, José Serra, foi apresentado como defensor de políticas, uma postura mais assertiva e técnica. Tal descrição sugere uma diferenciação baseada no gênero, de forma que as mulheres são vistas como menos competentes e mais emocionais. Outra matéria que contribui para essa análise é "Dilma encontra líderes comunitários na Cidade de Deus, no Rio" (Dilma, 2010). A cobertura enfatizou uma declaração de Dilma sobre o aborto, desviando o foco da visita e das propostas políticas discutidas. Esse tipo de abordagem reflete uma tendência a reduzir as mulheres e as suas opiniões sobre temas morais ou sociais, desconsiderando suas capacidades políticas e administrativas.

Além disso, em "Dilma era 'animal político não trabalhado', diz Lula em entrevista" (Dilma, 2010a), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva referiu-se a Dilma como uma "criatura" política, indicando que ela precisava ser moldada e aprimorada, uma metáfora que infantiliza e desqualifica sua trajetória e competência. A mídia frequentemente utilizou linguagens que reforçavam a imagem de Dilma como dependente e frágil. No discurso "Citar nome de Lula em discursos é 'fundamental', diz Dilma no RJ" (Citar, 2010), enfatiza-se a necessidade de Dilma se associar constantemente a Lula, sugerindo que sua legitimidade e competência derivavam dele. Lula também utilizou metáforas maternas ao referir-se a Dilma: "cuidar desse povo com carinho de mãe" (Lula, 2010a). Ao fazer isso, ele evoca a ideia de que o papel mais apropriado para uma mulher, mesmo em um cargo de poder, está relacionado ao cuidado e à maternidade, reforçando estereótipos de gênero que limitam a percepção da competência feminina a esferas domésticas.

José Serra, em várias ocasiões, ridicularizou e desqualificou Dilma. Na matéria "Coligação de Dilma pede desconto de 10 minutos nas publicidades de Serra" (Coligação, 2010), Serra ridicularizou intencionalmente a imagem de Dilma, referindo-se a ela como "Dona Dilma" e afirmando que ela "pegou o bonde andando, tá de carona e quer sentar na janela". Esta fala desmerece o mérito de Dilma, insinuando que sua ascensão política foi acidental e oportunista, e não resultado de sua competência. Adicionalmente, a constante afirmação de que Dilma era "difícil de lidar" reforça estereótipos de gênero que associam mulheres assertivas a características negativas, como intransigência e falta de colaboração. Este tipo de discurso não só prejudica a imagem pública de mulheres em posições de liderança, mas também perpetua um ambiente político hostil às mulheres.

Durante as eleições de 2010, Dilma Rousseff confrontou ativamente as representações midiáticas que a retratavam como "durona" e emocionalmente distante. Em um discurso

proferido em resposta às críticas de seu adversário, José Serra, Dilma afirmou que "política também tem que ser feita com sentimento" (Recife, 2010). Essa afirmação busca não apenas humanizar sua imagem pública, frequentemente percebida como rígida, mas também contestar estereótipos de gênero que associam liderança feminina à falta de sensibilidade. Além disso, Dilma enfatizou a importância da sensibilidade na política, argumentando que a empatia e o comprometimento emocional são essenciais para compreender e resolver os problemas da população. Ao questionar retoricamente "Se a gente não for sensível, como vamos ter aquele comprometimento com os problemas de cada um?" (No Recife, 2010), ela posiciona a sensibilidade como uma virtude política necessária, contrastando com a imagem de uma líder distante e impessoal.

Rousseff também se posicionou contra as estratégias de desqualificação e disseminação de falsidades por parte de seus oponentes. Dilma Rousseff enfrentou acusações de agressividade e desqualificação pessoal com uma resposta assertiva e baseada em argumentos substantivos. Em suas palavras, "Falar em baixaria eu falo também, eu falo que o candidato adversário faz factoides, baixarias e falsidades contra mim e nem por isso eu estou descendo o nível" (Dilma, 2010b). Esta postura demonstra sua determinação em manter um debate político elevado, apesar das adversidades e dos ataques pessoais recebidos durante a campanha. Em crítica direta a Serra, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que "uma eleição a gente ganha ela convencendo os eleitores a votar na gente, não é tentando convencer a Justiça Eleitoral a impugnar a adversária" (Lula, 2010b). Esta declaração não só rejeita táticas de ataque baseadas em calúnias e desinformação, mas também reafirma princípios democráticos fundamentais de competição política justa e respeitosa.

A candidata do PT não se esquivou de abordar diretamente os estereótipos de gênero que permearam sua cobertura midiática. Em um contexto em que mulheres enfrentam barreiras políticas e são frequentemente subestimadas, Dilma Rousseff destacou as limitações impostas pelo preconceito de gênero: "Muitas vezes, as mulheres foram, pelo menos, secretárias de Educação. Agora, tinha certas áreas que era como se estivesse escrito na porta: 'vetada a entrada de mulheres'" (Na TV, 2010). Esta observação aponta para a persistência de barreiras estruturais e estereotipadas que restringem o acesso das mulheres a determinadas esferas de poder e decisão política. Dilma também reagiu às acusações de agressividade, refletindo sobre sua própria experiência durante a campanha: "Eu fui atacada de forma clara... Eu constatei o que vocês noticiaram e está gravado" (Tito, 2010c). Esta declaração não apenas evidencia a percepção de que sua imagem foi frequentemente distorcida pela mídia, mas

também desafia a narrativa predominante que tende a desqualificar mulheres em posições de liderança como excessivamente agressivas ou emotivas.

É possível observar também a quantidade de processos e de como isso tudo dificulta e cria um ambiente hostil para as mulheres na política. A cobertura midiática ressaltava constantemente as supostas deficiências de Dilma Rousseff, criando uma atmosfera de escrutínio incessante e de julgamento implacável. A associação exacerbada entre Dilma e Lula, frequentemente destacada pela mídia, também reforçava a ideia de que sua legitimidade política dependia diretamente do apoio masculino, desconsiderando suas próprias capacidades e realizações. Essa dinâmica não apenas dificultou sua trajetória política, mas também perpetuou um ambiente em que mulheres em posições de liderança são continuamente questionadas e desafiadas de maneira desproporcional em comparação a seus colegas masculinos

A *Folha de S.Paulo*, por exemplo, usava termos como "nervosismo" para descrever Dilma durante debates, sugerindo uma incapacidade de liderança baseada em características culturalmente associadas ao feminino, como a emotividade. Em matérias como "Polarização Serra-Dilma marca o primeiro debate", a ênfase no "nervosismo" de Dilma reforça esses estereótipos de fragilidade emocional.

A associação de Dilma com Lula também foi um tema recorrente na cobertura midiática. Na matéria "Na propaganda, Dilma cola em Lula, e Serra foca 'social'", essa associação é apresentada como uma estratégia de campanha, mas pode ser interpretada como uma tentativa de minar sua autonomia política, reforçando a imagem de Dilma como uma "criatura" de Lula. Essa narrativa sugere uma dependência política que enfraquece sua autonomia e liderança percebida.

A cobertura midiática do impeachment de Dilma Rousseff não se restringiu a relatos objetivos, mas frequentemente incluiu análises que questionavam sua competência e legitimidade como líder. Na matéria "Vantagem de Dilma faz Lula exigir ofensiva em SP", a vantagem eleitoral de Dilma é mediada pela intervenção de Lula, reforçando a ideia de dependência e enfraquecendo sua autonomia política.

A análise crítica, conforme Fairclough (2003), revela como a mídia contribuiu para perpetuar um ambiente político hostil às mulheres, ao destacar características pessoais de Dilma que reforçavam estereótipos de gênero. A ênfase na "sensibilidade social" de Serra, em contraste com a associação de Dilma com Lula, pode ser vista como uma tentativa de diminuir sua credibilidade política, sugerindo que sua capacidade de governar é influenciada

por laços emocionais e não por competência administrativa. O relato do "abatimento" de Dilma na matéria "Lula vê Dilma 'abatida', e TV vai vender 'favoritismo'", minou sua imagem de liderança forte, enfatizando uma vulnerabilidade emocional que não é aplicada da mesma forma a candidatos masculinos.

A análise da cobertura midiática sobre Dilma Rousseff durante as eleições de 2010 revela não apenas a persistência de estereótipos de gênero, mas também a resistência e a estratégia política da candidata em confrontar esses estereótipos. Utilizando a Análise de Discurso Crítico, este estudo demonstrou como a mídia influencia e molda percepções públicas através de representações tendenciosas e discursos carregados de ideologia. Dilma Rousseff não apenas contestou ativamente essas representações, mas também utilizou seu discurso para reforçar uma visão de liderança política baseada em sensibilidade, competência e compromisso com a verdade.

4.1.1 Golpe de 2016

Durante o processo de impeachment, a mídia frequentemente retratou Dilma Rousseff através de estereótipos de gênero, enfatizando sua suposta incompetência e fragilidade emocional como elementos centrais de sua inadequação para o cargo. Essa construção discursiva foi evidenciada em manchetes e editoriais que descreviam sua gestão como ineficaz e sua liderança como frágil, contribuindo para a percepção pública de que mulheres políticas são menos capazes de exercer poder executivo de maneira eficiente.

A cobertura midiática do impeachment não se limitou à mera reportagem factual, mas frequentemente incluiu análises e comentários que favoreciam a narrativa do impeachment como justificado e necessário. Esse viés pode ser observado em editoriais que deslegitimavam a presidência de Dilma, ignorando argumentos em sua defesa e reforçando a imagem de uma líder política incapaz e corrupta. A constante reafirmação da narrativa de "crise política inevitável" e da "incapacidade de governar" reforçou a legitimidade do processo de impeachment aos olhos do público, moldando percepções sobre a competência de mulheres em cargos políticos de alto escalão.

A então presidenta Dilma Rousseff também se posicionou firmemente contra o processo de impeachment ao qual foi submetida, afirmando que se tratava de um golpe devido à ausência de motivos legítimos e à invenção de razões para justificá-lo. Durante a 3ª Conferência Nacional da Juventude, ela declarou: "A Constituição brasileira prevê sim esse processo [do impeachment]. O que ela não prevê é a invenção de motivos. Isso não está

previsto em nenhuma Constituição" (Rousseff, 2015). Dilma argumentou que aqueles que tentaram interromper seu mandato, conquistado legitimamente nas urnas, não conseguiram encontrar uma razão consistente para seus atos. "E é à falta de razão que nós chamamos de golpe", ela emendou, ressaltando a natureza arbitrária e política do impeachment que enfrentou.

Essa percepção de Dilma reforça a ideia de que o processo foi utilizado como uma ferramenta de desestabilização política, exacerbando ainda mais o ambiente hostil para as mulheres na política. A falta de justificativas sólidas para o impeachment evidencia como a luta pelo poder pode ser marcada por manobras que não respeitam a legitimidade democrática, criando uma atmosfera de incerteza e instabilidade que afeta especialmente aquelas que desafiam as normas tradicionais de liderança, como foi o caso de Dilma Rousseff.

A retórica misógina e sexista dirigida a Dilma, como acusações de "histeria" e "incompetência", não apenas desacreditaram sua liderança, mas também reforçaram estereótipos que desencorajam mulheres de aspirar e de manter posições de liderança política. Esse fenômeno sublinha a persistente desigualdade de gênero no campo político brasileiro, evidenciando como a mídia desempenha um papel crucial na perpetuação desses estereótipos.

Durante o processo do golpe de 2016, a ONU Mulheres emitiu uma nota oficial condenando a violência política de ordem sexista contra Dilma Rousseff. A organização destacou a importância de preservar a legalidade e a democracia, criticando qualquer forma de violência contra mulheres na política. A nota pediu serenidade nas manifestações e respeito aos direitos humanos, sublinhando que a violência sexista mina a dignidade humana e deve ser combatida.

O relator do processo de impeachment criticou o governo de Dilma como "arrogante", "autoritário" e "falido", argumentando que a decisão de impeachment era política e refletia a falta de clima para sustentar o governo. Essas críticas faziam parte da narrativa que justificava o impeachment como necessário para resolver a crise de governabilidade e restaurar a confiança nas instituições. O PMDB utilizou humor e trocadilhos para criticar Dilma nas redes sociais, com postagens que faziam piadas sobre a situação política. Uma das publicações ironizava a necessidade de 172 votos para barrar o impeachment, sugerindo que Dilma deveria criar 171 ministérios, uma referência ao artigo 171 do Código Penal sobre estelionato. O uso do humor pelo PMDB refletiu uma estratégia para engajar o público e aumentar a pressão sobre Dilma.

A análise crítica da cobertura midiática sobre Dilma Rousseff durante as eleições de 2010 e o processo de impeachment de 2016 revela uma clara tendência à perpetuação de estereótipos de gênero, refletindo e reforçando uma estrutura de poder patriarcal no campo político brasileiro. Utilizando os conceitos de Análise de Discurso Crítico (ADC) de Norman Fairclough (2003), pudemos identificar como a mídia brasileira não apenas refletiu, mas também moldou percepções públicas e políticas através de representações tendenciosas e discursos carregados de ideologia.

Em conclusão, durante as eleições de 2010, a mídia enfatizou a suposta falta de preparação técnica e política de Dilma Rousseff, descrevendo-a frequentemente como emocional e dependente. Essas representações reforçaram estereótipos de gênero que associam mulheres à fragilidade e à incompetência, contribuindo para um ambiente político hostil para mulheres em posições de liderança. A constante desqualificação e ridicularização por parte de seus adversários e da mídia destacaram a dificuldade de mulheres assertivas serem vistas de forma positiva em um contexto dominado por normas de gênero patriarcais.

No processo de impeachment de 2016, a mídia continuou a reforçar estereótipos de gênero ao retratar Dilma Rousseff como uma líder incompetente e emocionalmente frágil. A cobertura não se limitou a relatar os fatos, mas incluiu análises e comentários que favoreciam a narrativa do impeachment como justificado, deslegitimando sua presidência e ignorando argumentos em sua defesa. Esse viés contribuiu para moldar percepções públicas sobre a incapacidade das mulheres de exercer poder executivo de maneira eficiente, perpetuando a desigualdade de gênero na política brasileira.

Dilma Rousseff, por sua vez, contestou ativamente essas representações, utilizando seu discurso para humanizar sua imagem e reforçar a importância da sensibilidade e da empatia na política. Ao enfrentar as acusações de agressividade e desqualificação pessoal, ela destacou a necessidade de um debate político elevado e respeitoso, reafirmando princípios democráticos fundamentais.

Em suma, a análise de discurso crítico da cobertura midiática sobre Dilma Rousseff evidencia a complexidade das interações entre mídia, gênero e política no Brasil contemporâneo. A mídia desempenha um papel crucial na perpetuação de estereótipos de gênero, influenciando negativamente a percepção pública sobre as mulheres na política e desencorajando sua participação.

4.1.2 Presidência do Banco do BRICS

Em relação à análise da posse de Dilma Rousseff no Banco do BRICS, foram encontradas poucas manchetes, todas de cunho informativo factual. As reportagens focaram principalmente os aspectos técnicos e profissionais de sua nomeação, sem adentrar em análises críticas ou em emitir opiniões que pudessem reforçar estereótipos de gênero. Isso sugere uma cobertura mais neutra e objetiva em comparação aos períodos de eleições e do golpe, quando a cobertura foi marcadamente mais crítica e influenciada por preconceitos de gênero.

Em abril de 2023, Dilma Rousseff assumiu a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), uma instituição que financia projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países membros do BRICS e outras nações emergentes. As matérias analisadas oferecem um panorama sobre como Dilma é representada neste novo cargo e como a mídia molda a percepção pública de seu papel e relevância política.

As matérias do G1 enfatizam a importância da posição de Dilma como uma "grande oportunidade" para os países do BRICS e destacam sua participação ativa em reuniões do banco. (Bischoff, 2023) Este enquadramento positivo sobre a sua competência reafirma sua relevância no cenário internacional, contrastando marcadamente com a narrativa de seu impeachment em 2016, que frequentemente destacava sua suposta incompetência e a crise política associada.

A cobertura também salienta o papel do NBD na promoção de projetos de desenvolvimento sustentável, refletindo uma imagem de Dilma como uma líder preocupada com questões globais importantes. Essa representação contribui para reforçar a percepção de Dilma como uma figura progressista, alinhada com as agendas de sustentabilidade, de modernização e de cooperação internacional.

A matéria da *Folha de S. Paulo* (de Sá, 2023) menciona o apoio e a confiança expressos pelo chanceler chinês e por outros líderes em relação ao papel de Dilma no NBD. Esse apoio externo não apenas reforça sua legitimidade, mas também posiciona Dilma em uma posição de influência no cenário global, contrastando com as críticas internas que enfrentou durante e após seu impeachment.

A análise também revela aspectos de gênero na representação de Dilma. Em declarações passadas, Dilma enfatizou como foi descrita como uma "mulher dura" e como essa desumanização refletia uma misoginia estrutural na política brasileira. A nova posição no NBD pode ser vista como uma reafirmação de sua capacidade de liderança, desafiando estereótipos de gênero e abrindo caminho para uma narrativa de superação.

Em um de seus discursos, Dilma Rousseff aborda a questão da hostilidade e das críticas desproporcionais dirigidas a ela, destacando como a mídia e o ambiente político a desumanizam (Rousseff, 2016):

Eu fui descrita, Senadora, como uma mulher dura e sempre disse que era uma mulher dura no meio de milhões de homens meiguíssimos. Eu nunca ouvi, Senadora, ninguém acusar um homem de ser duro, e a gente sabe que eles são. Muitas vezes, Senadora, disseram para mim: “mas você é sensível”. Esta afirmação, Senadora, é estarrecedora, porque significa que conseguiram construir em torno de mim um nível de desumanização muito alto.

Essas declarações de Dilma Rousseff ilustram como a desumanização e a hostilidade direcionadas às mulheres na política são não apenas prevalentes, mas também profundamente arraigadas, exigindo uma resistência contínua e a solidariedade de outras mulheres para enfrentar e desafiar tais estereótipos e preconceitos.

4.1.2.1 Análise comparativa das matérias publicadas

A análise comparativa das matérias publicadas pelos veículos G1 e Folha de S. Paulo revela distintas abordagens na cobertura de três períodos cruciais da carreira política de Dilma Rousseff: as eleições de 2010, o golpe em 2016, e sua nomeação à presidência do Banco de Desenvolvimento do BRICS em 2023.

A metodologia de coleta de dados utilizada para esta análise envolveu a utilização da pesquisa personalizada das páginas dos veículos G1 e Folha de S. Paulo, delimitando as datas específicas dos períodos analisados. Apenas as matérias que continham o nome "Dilma" na manchete foram selecionadas. No caso da Folha de S. Paulo, foram consideradas apenas matérias de opinião e do segmento Poder. Já no G1, a análise foi restrita às matérias demarcadas na área específica do G1.

Quadro 1: Número de matérias neutras e negativas sobre Dilma Rousseff

Veículos		Eleições 2010	Impeachment	Banco NDB	TOTAL
G1	Total	429	202	2	633
	Neutras	379	192	2	573
	Negativas	50	20	0	70
Folha de São Paulo	Total	45	1.037	3	1.085
	Neutras	35	952	2	989
	Negativas	10	85	0	95

Fonte: elaboração própria.

Os dados do Quadro 1 indicam que o G1 publicou um total de 633 matérias ao longo dos períodos mencionados, com uma cobertura predominantemente factual. Das matérias publicadas, 573 foram classificadas como neutras, enquanto 70 apresentaram um viés negativo. Especificamente durante as eleições de 2010, 429 matérias foram publicadas, das quais 379 neutras e 50 negativas. No período do impeachment, 202 matérias foram registradas, sendo 192 neutras e 20 negativas. Em contraste, a cobertura do G1 sobre a presidência de Dilma no NDB foi mínima, com apenas 2 matérias, ambas neutras.

Por outro lado, a Folha de S. Paulo mostrou um volume significativamente maior de cobertura, com 1.085 matérias publicadas nos mesmos períodos. Destas, 989 foram classificadas como neutras e 95 como negativas. Durante as eleições de 2010, a Folha publicou 45 matérias, das quais 35 neutras e 10 negativas. No período do impeachment, houve um aumento substancial, com 1.037 matérias publicadas, 952 neutras e 85 negativas. A cobertura da presidência de Dilma no NDB também foi limitada, com apenas 2 matérias neutras.

A análise dos dados revela uma distinção clara entre a abordagem dos dois veículos. O G1, com uma roupagem mais factual, se concentrou em fornecer informações objetivas. Essa abordagem resultou em uma menor proporção de matérias negativas, refletindo uma tentativa de manter a “imparcialidade” na cobertura dos eventos.

Em contraste, a Folha de S. Paulo, apesar de também apresentar uma maioria de matérias neutras, teve uma presença significativa de matérias negativas, especialmente durante o impeachment de 2016. Este período foi marcado por uma cobertura intensa e crítica, evidenciada pelo elevado número de matérias (1.037) comparado ao G1.

A abordagem da Folha foi mais crítica, explorando profundamente os aspectos políticos e legais do processo do golpe de 2016. Esse enfoque não apenas resultou em uma cobertura mais densa e de impacto maior, influenciando a percepção pública de Dilma Rousseff de forma mais incisiva, mas também ajudou a perpetuar e intensificar estereótipos de gênero. A ênfase nas críticas e na representação negativa de Dilma como uma figura incompetente reforçou narrativas misóginas. Assim, a cobertura da Folha de S. Paulo contribuiu para a construção de uma imagem pública que solidificou preconceitos de gênero, dificultando ainda mais a trajetória política de Dilma Rousseff e de outras mulheres na política.

A diferença nas abordagens dos dois veículos evidencia a influência do estilo editorial na construção da narrativa midiática. Enquanto o G1 manteve-se predominantemente factual, a Folha de S. Paulo adotou uma postura mais crítica, especialmente durante períodos de maior turbulência política. Esta análise destaca a importância de considerar não apenas o volume de matérias publicadas, mas também a natureza do conteúdo e a forma como os veículos de comunicação moldam a percepção pública através de suas coberturas.

Apesar do número de matérias ser um fator relevante, o conteúdo e o tom editorial desempenham um papel crucial na formação da opinião pública. A cobertura mais robusta e crítica da Folha de S. Paulo durante o golpe de 2016, por exemplo, contrasta com a abordagem do G1, refletindo diferentes estratégias editoriais e seus respectivos impactos na representação de Dilma Rousseff na mídia.

4.2 O papel dos estereótipos

Os estereótipos de gênero desempenham um papel crucial na forma como as mulheres são percebidas na política. De acordo com Miguel e Biroli (2011), a mídia utiliza uma combinação de estereótipos e *double binds* – situações em que qualquer comportamento da mulher é criticado – para desqualificar mulheres em posições de liderança. No caso de Rousseff, a mídia construiu uma narrativa de incompetência e instabilidade emocional que foi amplamente disseminada, criando uma percepção pública negativa que influenciou seu mandato e eventual impeachment.

Essas representações midiáticas não são apenas prejudiciais em nível individual, mas têm implicações mais amplas para a aceitação e a percepção das mulheres em posições de liderança. A construção de estereótipos negativos alimenta a desconfiança pública em relação às capacidades das mulheres e perpetua a ideia de que elas são menos aptas para ocupar cargos de poder. Miguel e Biroli (2011) argumentam que, embora Rousseff tenha alcançado alta visibilidade e poder, os ataques misóginos durante o processo de impeachment revelaram que os preconceitos de gênero estavam profundamente enraizados na sociedade e na política brasileira.

A mídia utiliza ferramentas discursivas conhecidas como *double binds*, pois as mulheres são criticadas por comportamentos que seriam aceitos ou até esperados em homens. Rousseff, por exemplo, foi frequentemente retratada como agressiva e autoritária, características que, em homens, muitas vezes são vistas como sinais de liderança e

assertividade. Esses padrões duplos servem para reforçar as barreiras à participação política das mulheres e limitar seu espaço de atuação (Biroli, 2016).

O impeachment de Dilma Rousseff é um caso paradigmático do impacto do machismo estrutural na política brasileira. A forma como a mídia e os adversários políticos de Rousseff construíram a narrativa de sua incompetência é um exemplo claro de como estereótipos de gênero são utilizados para deslegitimar mulheres em posições de poder. Gomes (2018) argumenta que Rousseff foi frequentemente retratada como emocionalmente instável, uma narrativa que não é aplicada com a mesma intensidade ou frequência aos seus pares masculinos.

Durante o processo de impeachment, a cobertura midiática foi permeada por discursos misóginos que não apenas atacavam a competência de Rousseff, mas também sua feminilidade e seu caráter pessoal. Essas narrativas construíram uma imagem de Rousseff como inadequada para a liderança, reforçando preconceitos de gênero que minam a percepção pública da capacidade das mulheres para governar. Gomes (2018) observa que essa construção social da incompetência feminina é uma ferramenta poderosa para manter as mulheres fora das posições de poder e influenciar negativamente a opinião pública sobre a sua participação política.

A diferença de tratamento entre Rousseff e seus sucessores masculinos, como Michel Temer e Jair Bolsonaro, é indicativa da persistência do machismo na política brasileira. Enquanto Rousseff enfrentou uma oposição feroz que frequentemente se baseava em estereótipos de gênero, seus sucessores foram avaliados predominantemente por suas políticas e ações, e não por seu gênero. Isso demonstra como a misoginia e o sexismo continuam a ser barreiras significativas para a igualdade de gênero na política (Gomes, 2018).

Esses episódios também destacam a necessidade de um debate mais profundo sobre a democratização da mídia e a promoção de uma representação mais justa e igualitária das mulheres na política. Sem uma mudança significativa na forma como a mídia retrata as mulheres, será difícil superar as barreiras culturais e estruturais que impedem a plena participação política feminina. Em conclusão, os desafios enfrentados pelas mulheres na política e na mídia são multifacetados e profundamente enraizados em estruturas sociais e culturais. O caso de Dilma Rousseff ilustra como a misoginia e a violência política de gênero podem limitar a participação e a representação das mulheres, impactando negativamente as mulheres em posições de poder.

5 CONCLUSÃO

A análise crítica da cobertura midiática sobre Dilma Rousseff revela as profundas implicações de gênero na representação política. A trajetória de Dilma, desde sua eleição como a primeira mulher presidente do Brasil até seu impeachment e, mais recentemente, sua nomeação como presidente do Banco de Desenvolvimento do BRICS, é emblemática das complexas dinâmicas de poder e gênero na mídia brasileira.

Além disso, a análise crítica proposta por Fairclough (2001) permitiu não apenas descrever os padrões de representação, mas também oferecer elucidações sobre como esses padrões podem ser contestados e reinterpretados. A pesquisa sobre a cobertura midiática de Dilma Rousseff revelou a necessidade de uma abordagem mais equitativa e justa na representação de mulheres na política.

Durante as eleições de 2010, a cobertura midiática frequentemente retratou Dilma Rousseff através de estereótipos de gênero que enfatizavam sua suposta incompetência e fragilidade emocional. A análise mostrou como a mídia destacou a falta de preparação técnica e política de Dilma, descrevendo-a de forma a reforçar preconceitos de gênero que associam mulheres à fragilidade e à dependência. Essas representações contribuíram para um ambiente político hostil às mulheres, dificultando suas trajetórias e desqualificando suas capacidades de liderança.

No processo do golpe de 2016, a mídia continuou a perpetuar estereótipos de gênero, descrevendo Dilma como uma líder incompetente e emocionalmente frágil. A cobertura midiática não se restringiu à mera reportagem factual, mas incluiu análises e comentários que favoreciam a narrativa do impeachment como justificado. Essa abordagem deslegitimou sua presidência e reforçou a percepção pública de que mulheres são menos capazes de exercer poder executivo de maneira eficiente. A retórica misógina e sexista, amplamente disseminada, não apenas desacreditou Dilma, mas também reforçou estereótipos que desencorajam mulheres a aspirar e manter posições de liderança política.

Entretanto, ao assumir a presidência do Banco do BRICS em 2023, Dilma Rousseff foi retratada de maneira mais neutra e objetiva. As reportagens focaram os aspectos técnicos e profissionais de sua nomeação, sem reforçar estereótipos de gênero. Essa cobertura mais positiva e focada em sua competência reafirma sua relevância no cenário internacional, contrastando com a narrativa crítica e preconceituosa de períodos anteriores. Dilma foi representada como uma líder preocupada com questões globais importantes, como a

sustentabilidade e a modernização, desafiando as percepções anteriores de sua suposta incompetência.

Utilizando a Análise de Discurso Crítico, este estudo revelou como a mídia brasileira não apenas refletiu, mas também moldou percepções públicas através de representações tendenciosas e discursos carregados de ideologia. A mídia estudada, Folha de S. Paulo e G1, desempenhou um papel crucial na perpetuação de estereótipos de gênero, influenciando negativamente a percepção pública sobre as mulheres na política e desencorajando sua participação. Dilma Rousseff, por sua vez, contestou ativamente essas representações, utilizando seu discurso para humanizar sua imagem e reforçar a importância da sensibilidade e da empatia na política.

A análise dos dados coletados revela como diferentes veículos de mídia difundiram a imagem pública de Dilma Rousseff durante períodos cruciais de sua carreira política. Enquanto o G1 adotou uma abordagem mais factual, a Folha de S. Paulo se destacou por uma cobertura mais crítica, especialmente durante o processo do golpe de 2016. A presença significativa de matérias negativas na Folha não apenas intensificou as críticas políticas, mas também perpetuou e reforçou estereótipos de gênero, retratando Dilma de maneira mais severa e contribuindo para a desumanização de sua imagem pública. Essa disparidade na cobertura midiática evidencia o papel crucial da imprensa na construção e na perpetuação de narrativas que afetam a representação e a trajetória das mulheres na política, destacando a necessidade de um jornalismo mais equilibrado e consciente dos vieses de gênero.

Em suma, a análise da cobertura midiática sobre Dilma Rousseff evidencia a complexidade das interações entre mídia, gênero e política no Brasil contemporâneo. A perpetuação de estereótipos de gênero pela mídia contribui para a manutenção de uma estrutura de poder patriarcal, criando barreiras adicionais para a participação e a ascensão de mulheres na política. Ao confrontar essas representações, Dilma Rousseff não apenas desafiou os preconceitos de gênero, mas também abriu caminho para uma nova narrativa de liderança política baseada em competência, sensibilidade e compromisso com a verdade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. Gênero e política no Brasil: a trajetória das mulheres na política institucional brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 66, p. 49-65, 2018.
- ARGOLO, Fernanda. *Dilma Rousseff: Trajetória e Imagem da Mulher no Poder*. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2014.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na Política Brasileira*. São Paulo: Editora XYZ, 2001.
- BATESON, Gregory. *Steps to an Ecology of Mind*. Northvale, New Jersey; London: Jason Aronson Inc., 1972.
- BEZERRA, Rafaela. Beyond a glance: critical discourse analysis of headlines about gender-based violence on “Folha de Boa Vista” and “The sun” online newspapers. *Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades*, v. 10, n. 2, 2022.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- BIROLI, F. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. *O golpe na perspectiva de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial, 2018.
- BISCHOFF, Wesley. *Dilma toma posse como presidente do Banco do BRICS*. G1, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/13/dilma-toma-posse-como-presidente-do-banco-do-brics.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Código Eleitoral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d21076.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.
- BRASIL. Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 ago. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14192.htm. Acesso em: 29 maio 2024.
- CAMPUS, Donatela. *Women Political Leaders and the Media*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.
- CITAR nome de Lula em discursos é fundamental, diz Dilma no RJ. G1, 4 de agosto de 2010. Disponível em:

<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/citar-nome-de-lula-em-discursos-e-fundamental-diz-dilma-no-rj.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

COLIGAÇÃO de Dilma pede desconto de 10 minutos nas publicidades de Serra. G1, 27 de agosto de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/coligacao-dilma-pede-desconto-de-10-minutos-nas-publicidades-de-serra.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

COUTINHO, Lígia. História do Sufrágio Feminino no Brasil. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2010.

DANTAS, Fernanda Argolo. Dilma Rousseff: uma mulher fora do lugar. As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

DE ANDRADE LIMA, Elizabeth Christina. Misoginia e estereótipos de gênero na construção da imagem pública de Dilma Rousseff. Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, n. 56, 2020.

DESÁ, Nelson. Chanceler chinês encontra Dilma e quer que ouça a voz dos emergentes. Folha de S.Paulo, 18 de abril de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2023/04/chanceler-chines-encontra-dilma-e-quer-que-ouca-a-voz-dos-emergentes.shtml>. Acesso em: 19 jun. 2024

DILMA afirma que Serra faz ‘factoides, baixarias e falsidades’ contra ela. G1, 16 de outubro de 2010b. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/dilma-afirma-que-serra-faz-factoides-baixarias-e-falsidades-contra-ela.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

DILMA era 'animal político não trabalhado', diz Lula em entrevista. G1, 30 de agosto de 2010a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/08/dilma-era-animal-politico-nao-trabalhado-diz-lula-em-entrevista.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ENTMAN, Robert. Democracy without citizens – media and the decay of American politics. New York: Oxford University Press, 1989.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. In: LEVY, M.; GUREVITCH, M. (eds.). Defining Media Studies. New York: Oxford University Press, 1993. p. 293-300.

FAIRCLOUGH, N. Analyzing Discourse: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. Language and Power. New York: Longman, 1989.

FALK, Erika. Women for president: media bias in nine campaigns. 2nd ed. Champaign: University of Illinois Press, 2010.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 347-362, 2006.

GITLIN, T. *The whole world is watching: mass media and the making and unmaking of the new left*. Berkeley: University of California, 1980.

GOMES, A. Bela, recatada e do lar: um estudo sobre a representação midiática de Dilma Rousseff. *Revista de Estudos de Gênero*, v. 5, n. 2, p. 123-140, 2018.

GOMES, Ana. Impeachment e Misoginia na Política Brasileira: o Caso de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 27, p. 129-153, 2018.

GROSSI, Miriam P.; MIGUEL, Luis Felipe. *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998. p. 21-42.

GROSSI, M. P.; MIGUEL, L. F. Mulheres na política: uma análise da sub-representação feminina na Câmara dos Deputados do Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 31, n. 1, p. 31-45, 2001.

GROSSI, Miriam P.; MIGUEL, Luis Felipe. *Mulheres na Política: Desafios e Perspectivas*. Brasília: Editora DF, 2001.

HELMAN, A.; CARROLL, S. J.; OLSON, S. The impact of gendered media coverage on women candidates. *Women & Politics*, v. 22, n. 3, p. 97-123, 2000.

JAMIESON, Kathleen Hall. *Beyond the double binds: women and leadership*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

KAHN, K. F. *The Political Consequences of Being a Woman: How Stereotypes Influence the Conduct and Consequences of Political Campaigns*. New York: Columbia University Press, 1996.

LAURETIS, Teresa. The technology of gender. In: LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 1-30.

LIMA, Venício A. Presunção de culpa: a cobertura da crise política de 2005-2006. In: *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LULA compara tentativa do PSDB de impugnar Dilma com a ditadura. G1, 18 de agosto de 2010b. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/lula-compara-tentativa-do-psdb-de-impugnar-dilma-com-ditadura.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

LULA e Dilma adotam discurso da cautela em comício na Grande SP. G1, 13 de agosto de 2010a. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/lula-e-dilma-adotam-discurso-da-cautela-em-comicio-na-grande-sp.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MARINA critica, Dilma lamenta e Serra defende política de segurança em SP. G1, 02 de agosto de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/marina-critica-dilma-lamenta-e-serra-defende-politica-de-seguranca-em-sp.html>. Acesso em: 17 jun. 2024.

McQUAIL, Denis. Teoria da Comunicação de Massas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MIGUEL, L. F. Crise e impeachment: narrativas sobre o governo Dilma Rousseff. Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 59, n. 3, p. 757-791, 2016.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Jornalismo e Política: a Mediação Necessária. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MORAIS, Tânia. Representação das Mulheres na Mídia. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2008.

NA TV, Dilma fala em inovação e Serra, em mobilização pela educação. G1, 1 de outubro de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/na-tv-dilma-fala-em-inovacao-e-serra-em-mobilizacao-pela-educacao.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

NO RECIFE, Lula critica oposição, e Dilma diz ser alvo de 'falsidades'. G1, 22 de agosto de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/no-recife-lula-critica-oposicao-e-dilma-diz-ser-alvo-de-falsidades.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. Trabalho apresentado ao XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (Sessão “Estratégias de Comunicação e Política: Teoria e Pesquisa” do GT Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições), Caxambu/MG, Brasil, 22 a 26 de outubro de 2002.

RUBIM, Linda. TCHAU QUERIDA: questões de gênero na cobertura da mídia sobre o governo Dilma. Revista Observatório, v. 4, n. 1, p. 466-491, 1 jan. 2018.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. O golpe na perspectiva de gênero. Salvador: Edufba, 2018.

SAPIRO, Virginia. "If Senator Baker Were a Woman: an Experimental Study of Candidate Images". Political Psychology, v. 3, 1982. p. 61-83.

SENADO FEDERAL. Pronunciamento de Dilma Rousseff. 25 ago. 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/425643>. Acesso em: 30 mai. 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Sociedade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TERRA, Lorena; RESENDE, Tatiana. Violência Política de Gênero e os Desafios na Política Brasileira. Revista de Estudos de Gênero e Política, v. 12, n. 3, p. 45-62, 2022.

TERRA, Bibiana. Golpe Mascarado de Impeachment: A Violência Política de Gênero Sofrida por Dilma Rousseff. In: Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade, XVII, 2022, virtual. Anais [...]. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2022.

TEIXEIRA, Carolina; SANTOS, Débora. Violência Política e Misoginia: o Impeachment de Dilma Rousseff. Revista de Política Brasileira, v. 14, n. 4, p. 111-128, 2021.

TIBURI, Márcia. *Feminismo em Comum: Para Todas, Tods e Todos*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.

TITO, Fábio. Dilma afirma que campanha se tornou assertiva e não agressiva. **G1**, 22 de outubro de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-afirma-que-campanha-se-tornou-assertiva-e-nao-agressiva.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983.

TUCHMAN, Gaye. *Making News*. New York; London: The Free Press, 1978. (1ª edição paperback: 1980).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram nessa jornada. Primeiramente, agradeço à minha família, que nunca poupou esforços para me ajudar a conquistar meus sonhos. Sempre acreditaram em mim e me apoiaram incondicionalmente.

Agradeço especialmente à minha mãe, Gilda Maria, pelo seu apoio e amor incondicional. Sempre gentil e forte, você me ajudou a alcançar todos os meus sonhos. Agradeço a minha irmã, Ana Beatriz, que é meu maior exemplo na vida. Obrigada por todos os conselhos e pelo companheirismo. Meu tio Antônio, também tem minha imensa gratidão por seu apoio e confiança. Admiro-o profundamente e espero um dia retribuir tudo o que fez/faz por mim.

Aos meus avós maternos, Gonçalo e Cícera, os amores da minha vida, sem o apoio e amor incondicional de vocês nada disso seria possível. Devo tudo o que sou e o que um dia serei a vocês. Nenhuma palavra pode expressar a gratidão que sinto por vocês.

Ao meu orientador, Filipe Reis Melo, que me auxiliou e apoiou não apenas durante o TCC, mas ao longo de toda a graduação. Obrigada por todo o seu apoio, pela confiança, por todas as inúmeras reuniões e pelos valiosos conselhos. Eles foram essenciais para mim. Sou imensamente grata por tudo.

Por fim, agradeço à minha segunda família, meus companheiros de jornada: Edson, Paloma, Lena, Gisele e Cisco. Vocês foram e são essenciais na minha vida. Obrigada por colorirem minha existência, apagando o preto e branco e enchendo tudo de amor. Vocês são meu norte, e nunca conseguirei agradecer o suficiente por cada risada, aperseio, fofoca, cumplicidade e por todo o amor.